

MUNICÍPIOS PEQUENOS E DEPRIMIDOS NO SUDOESTE GOIANO: “OS HIPÓCRITAS ROUBAM A CENA”

SMALL AND DEPRESSED TOWNS IN SOUTH-WEST PART OF GOIÁS STATE: “THE HYPOCRITE PEOPLE STEAL THE SCENE”

Michel Rezende da Silveira

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Campus Iporá
michel.silveira@ifgoiano.edu.br

Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira

Professora do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás
branca@iesa.ufg.br

Resumo

O objetivo desse artigo é discorrer sobre o tema municípios pequenos e deprimidos no Estado de Goiás, utilizando como objeto de estudo a região de planejamento Sudoeste Goiano. A tese central é que a interveniência do Estado na geração de mecanismos de regionalização e construção de políticas públicas mascara a realidade quando descreve, por exemplo, o Sudoeste Goiano como a região mais rica de Goiás, sem colocar em pauta as profundas diferenças entre os municípios que a compõem. Assim, afirma-se que “os hipócritas roubam a cena”, sendo representados pelos atores - locais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais - que usufruem das benesses da região, divulgando a riqueza e prosperidade do Sudoeste e acobertando a drenagem de capital dos municípios pequenos - por meio da utilização de seu solo altamente produtivo e valorizado. Tal fato deixa a administração pública com dificuldade de gerir o município. Por isso, propomos que o pensar das regionalizações deixe de se concentrar em regiões e passe a ser considerado a partir dos municípios que centralizam os serviços ou, nas palavras de Chaveiro (2010), aquelas cidades que polarizam os pequenos municípios de seu entorno como se formassem, junto a eles, auréolas manchadas de pequenos pontos por meio da oferta de serviços.

Palavras-chave: Municípios pequenos. Regionalização e Políticas Públicas. Região Sudoeste do Estado de Goiás.

Abstract

The aim of this article is to discourse about small and depressed towns in Goiás State, using as object of study the planning region of South-west part. The general argument is that the intervention of the state in generating mechanisms of regionalization and construction of public policy mask the reality when they describe, for example, the South-west part as the richest region of Goiás, without discussing the deep differences between the cities which make part of it. Thus, they say that “the hypocrite people steal the scene”. Those hypocrite people are represented by local, regional, state, national and international actors who enjoy the spoil of the region, disseminate the wealth and

prosperity of the South-west part and cover up the capital drainage of the small cities by using the productive and expensive soil. This fact leave public administration with the difficulty of managing the town. So, we propose that the regionalization thinking stop to concentrate in regions. It should be considered from de the cities which centralize the services or, as Chaveiro (2010) said, those cities that polarize the small towns around them, as they build up together halos stained dots through the provision of services.

Keywords: Small towns. Regionalization. Public policy. South-west part of Goiás State.

Introdução

A interveniência do Estado na geração de mecanismos de regionalização e na construção de políticas públicas em Goiás mascaram a realidade quando descreve, por exemplo, o Sudoeste Goiano como a região mais rica do Estado, sem colocar em pauta as profundas diferenças entre os municípios que a compõem. Pela seletividade da aplicação de capitais alguns locais desfrutam de uma excelente infra-estrutura pública e privada, enquanto outros estão sempre na espera. Essa região apresenta dados que comprovam que há, sem dúvida, uma diferenciação interna que é, constantemente, recriada.

Os principais questionamentos são: como classificar um município e predicá-lo de pequeno? Os critérios podem ser o da densidade demográfica, do tamanho da área territorial, da grandeza da população, do PIB (produto interno bruto), da Receita? A dificuldade de interpretação do conteúdo espacial dos municípios pequenos em Goiás, imersos numa multiescalaridade própria do mundo global, tem desafiado o tirocínio teórico de geógrafos como a ação das políticas públicas de desenvolvimento voltadas a essas localidades.

No plano teórico, em função dos objetivos desse trabalho, tomar-se-á como município pequeno o que apresentar população pequena. Dentro do espectro geral da estrutura municipal de Goiás, quase 70 % dos municípios goianos se enquadra nesta rubrica e quase todos perdem população na atual fase da inserção de Goiás na economia-mundo. Mas isso não basta: ao modo da leitura regional do município, desenvolvida por Barreira (2002), há que se considerar que os conteúdos espaciais desses municípios são alterados de acordo com a ligação com a região a que pertence. Ao gravitarem no entorno de um polo regional ou sub-regional, pela via de uma correlação dependente com esse polo, esse tipo de território se concretiza - e apresenta os seus problemas centrais.

Quando se percorre os municípios pequenos do Sudoeste Goiano percebe-se que não há diferenças estruturais - e gritantes - entre esses e aqueles localizados em regiões deprimidas¹ no Norte² do Estado. No que se refere, principalmente, ao acesso à bens e serviços básicos para a população e as dificuldades enfrentadas pela administração local, especialmente em gerar receitas, as realidades do norte e sudoeste são análogas.

O termo hipócrita, investido no título, nasce metaforicamente com o teatro na sociedade ocidental, sendo utilizado para caracterizar os atores que se mascaravam no intuito de representar um personagem. A máscara servia para separar o real (ator) do imaginário (personagem). Esse termo pode ser usado para pensar a regionalização³ do território goiano, que é caracterizada - *grosso modo* - por um norte empobrecido e o sul rico. Para Arrais (2002) o grande capital preparou intencionalmente a região Sudoeste para o “mandar” e o “fazer”. O Nordeste Goiano ficou relegado ao “esperar” por fazer, tornando-se uma região herdeira de formas arcaicas. Embora o autor cite apenas parte de regiões do norte e do sul, pode-se afirmar que as outras também são vistas da mesma forma na literatura geográfica de Goiás.

Tal afirmação parece óbvia quando imagina-se que o modo de produção capitalista possui um desenvolvimento desigual e combinado. Ou seja, para haver o sul goiano enriquecido precisa-se ter o norte empobrecido. No entanto, mesmo dentro da região sul, o referido autor fala do flagelo que passa parte da população empobrecida que vive nas moradias subnormais ou nas periferias de Rio Verde, Jataí, Mineiros e Santa Helena de Goiás.

Cabe então questionar: onde está a máscara? Nesse viés das pesquisas considera-se, ou simplesmente se ignora ao não pesquisar, que a dinâmica econômica dos municípios pequenos do norte é totalmente diferente daqueles do sul goiano. Isso porque os segundos encontram-se dentro do que Arrais (2002) classificou de seletividade da técnica, das condições fiscais, da infra-estrutura informacional, garantindo a fluidez.

No entanto, em nossa visão, a dinâmica dos municípios pequenos não se modifica pelo motivo de sua localização em uma região rica ou não. Sendo necessário um repensar das regionalizações e políticas públicas que estão sendo construídas no Estado de Goiás. Como verificou Chaveiro (2007) - após o IBGE divulgar a contagem da população mostrando que os municípios pequenos estão perdendo população - Goiás

se transformou em um território desigual, partido entre lugares indomáveis e deprimidos. Tal fato leva o autor a concluir que

[...] no Goiás atual há lugares deprimidos em que não é possível desenvolver a produção da existência, obrigando parte da população a entrar na rota da migração; e há lugares indomáveis em que as suas condições sociais e econômicas os transformam em centros de afluxos da população, levando-os a uma taxa de crescimento vertiginoso, implicando, também, na sua instabilidade (CHAVEIRO, 2007, p. 1).

A citação nos leva a refletir que, embora alguns municípios pequenos do Sudoeste Goiano possuam suas terras altamente valorizadas por conta da agricultura moderna e mecanizada, a sua população necessita entrar na rota infrene da migração. Seja por conta da demanda por emprego, saúde, educação ou mesmo prestação de serviços especializados, a verdade é que os habitantes precisam constantemente de se deslocar para outros municípios melhores aparelhados.

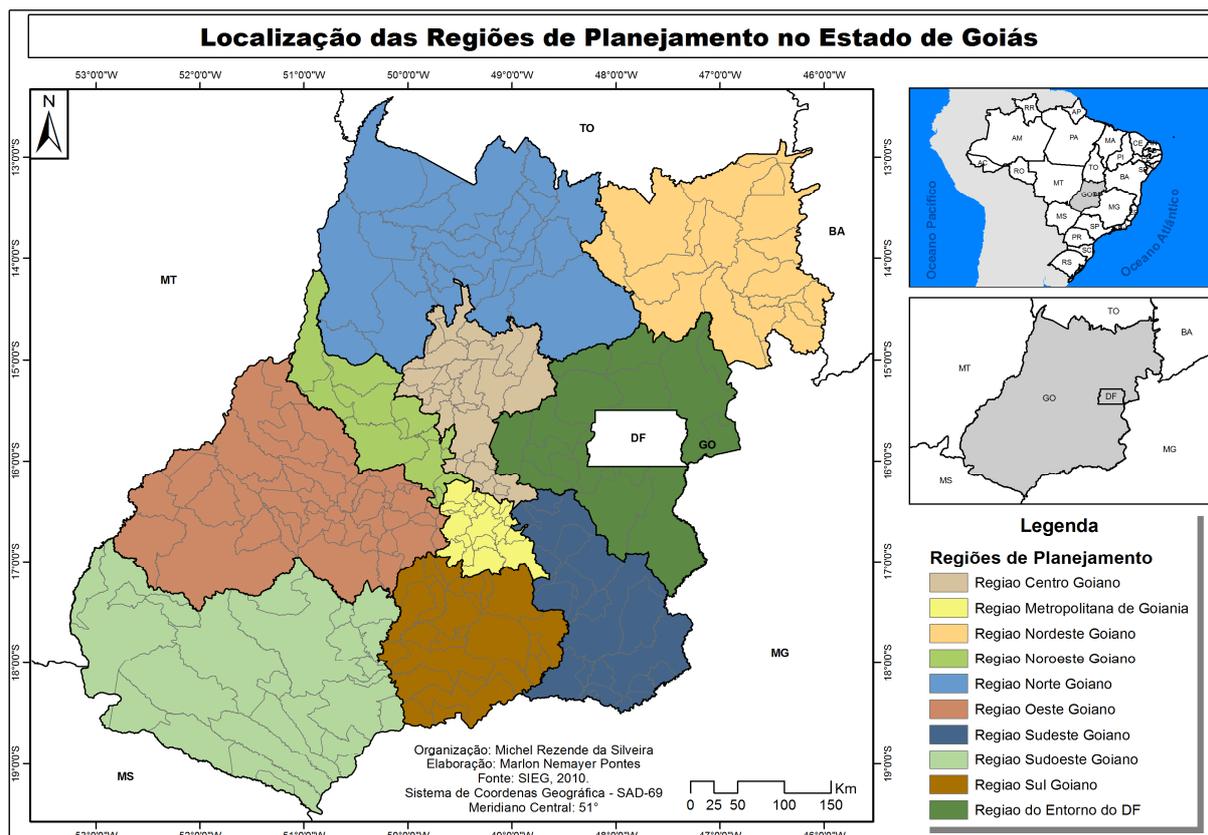
Diante dessas argumentações pode-se afirmar que “os hipócritas roubam a cena”, sendo representados pelos atores - locais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais - que usufruem das benesses da região. Esses divulgam a riqueza e prosperidade da região Sudoeste, acobertando a drenagem de capital dos municípios pequenos - por meio da utilização de seu solo altamente produtivo e valorizado -, deixando a população e a administração pública com os mesmos problemas verificados na região Norte de Goiás. Com a diferença que, para esses, não existem políticas públicas emergenciais por se encontrarem em uma região rica. Surgindo a necessidade de se rever as regionalizações e aplicações de recursos financeiros públicos feitos no Estado.

Sendo assim, para a realização desse trabalho utilizamos como procedimento metodológico a leitura de textos que discorrem acerca de municípios pequenos, sobre o processo de urbanização do cerrado e o planejamento estatal em Goiás. Com a base teórica estabelecida, buscaram-se os dados para embasar a pesquisa. Optando pelos dados oficiais da SEGPLAN - Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás, pela confiança nos métodos de coleta de dados que são utilizados pela secretaria. Por fim, foi realizado um trabalho de campo em municípios pequenos das duas regiões para conferir a consistência dos dados ora apresentados. A partir disso construiu-se o artigo.

O Sudoeste Goiano: uma região desigual

Esse artigo está centrado dentro das pesquisas acerca do desenvolvimento regional, com a pretensão de compreender as diferenças dos municípios de uma mesma região. Como o foco principal se dará a partir dos discursos, planejamento e aportes financeiros realizados pelo Estado de Goiás, nada mais justo do que pautar a discussão dentro das chamadas “Regiões de Planejamento do Governo do Estado”. A região de planejamento escolhida foi a intitulada de “Sudoeste Goiano”, tida como a mais rica e desenvolvida.

A SEGPLAN dividiu o território goiano em dez (10) regiões: duas utilizando o critério de áreas metropolitanas (Região do Entorno do Distrito Federal e Região Metropolitana de Goiânia); duas regiões deprimidas (Norte e Nordeste Goiano) que necessitam dos investimentos governamentais para minimizar os desequilíbrios regionais e seis regiões tendo como critério os principais eixos rodoviários do Estado (mapa 01).

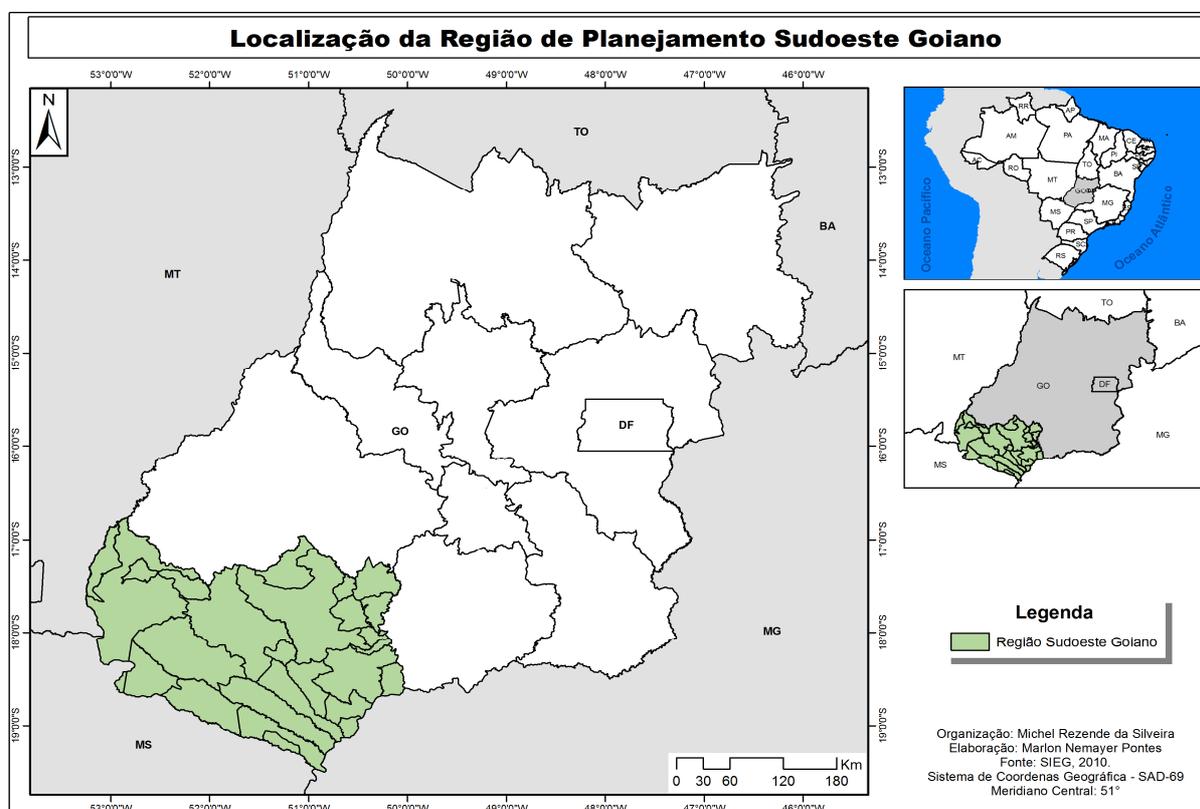


Essa regionalização do Estado foi feita com base na lei dos Planos Plurianuais (PPAs), que o Brasil passa a adotar a partir da década de 1990. “Nesse contexto foram criados os dois primeiros Planos Plurianuais de Goiás - Goiás para o século XXI - PPA

2000/2003 e o Goiás para o século XXI - avançar mais - PPA 2004/2007 (ARRAIS *et al.*, 2010, p. 40)”. Atualmente executa-se o III PPA, com a mesma divisão regional proposta no II PPA.

Esses autores, do artigo indicado, tinham como foco as regiões Nordeste e Norte Goiano e o Entorno do Distrito Federal. No entanto, afirmam que as conclusões podem ser estendidas para as demais regiões. Foram detectados os seguintes problemas: limites relacionados à participação popular, descompasso entre o calendário político municipal e o horizonte temporal de aplicação dos PPAs, o nível de detalhamento dos documentos prejudica a leitura das prioridades das regiões e o acompanhamento da execução. Isso leva os autores a concluírem que é necessário repensar a estrutura administrativa regional, articulando a perspectiva da ação setorial com as espaciais e a mudança da cultura governamental no sentido da execução orçamentária do PPA, que esses possam não apenas ser discutidas, mas materializadas em ações concretas.

A Região de Planejamento do Sudoeste Goiano (mapa 02) é composta por 26 municípios, com uma população estimada em 2009 de 518.274 mil habitantes, o que equivale a 8,75% da população total do Estado (tabela 01).



A riqueza dessa região está ancorada nas atividades agropecuárias e agroindustriais. A agricultura é desenvolvida utilizando os imensos chapadões propícios à mecanização, com alto padrão de tecnologia. Essa proporcionou o acúmulo de capital necessário para atrair agroindústrias de grande porte.

Tabela 01 - Estado de Goiás: População Residente e Porcentagem, segundo as regiões de planejamento - 2009*

Região	População Residente	Porcentagem (%)
001 - Metropolitana de Goiânia	2.180.763	36,80
002 - Centro Goiano	617.367	10,42
003 - Norte Goiano	306.574	5,17
004 - Nordeste Goiano	172.684	2,91
005 - Entorno do Distrito Federal	1.018.155	17,18
006 - Sudeste Goiano	245.520	4,14
007 - Sul Goiano	395.208	6,67
008 - Sudoeste Goiano	518.274	8,75
009 - Oeste Goiano	334.254	5,64
010 - Noroeste Goiano	137.501	2,32

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2009.
Adaptado por SILVEIRA (2010). * Estimativa - 01/07

A tabela 02 mostra o tamanho da produção de grãos - 4.613.302 toneladas -, com a sua respectiva participação, ou seja, 45,01% em relação às outras regiões. Embora utilizando os dados de 2006, pelo motivo de ser o único que possui a relativa participação da produção em porcentagem, podemos afirmar que esses dados não possuem nenhuma modificação significativa ao longo dos outros anos. Considerando, inclusive, a “invasão” da cana de açúcar para a produção de etanol. O que confirma seu status de maior região produtora de grãos do Estado e uma das maiores do país.

Tabela 02 - Estado de Goiás: Produção de grãos e participação da produção em porcentagem, segundo as regiões de planejamento - 2006*

Região	Produção de Grãos (t)	Participação (%)
001 - Metropolitana de Goiânia	115.921	0,84
002 - Centro Goiano	233.732	1,69
003 - Norte Goiano	248.312	2,10
004 - Nordeste Goiano	218.181	2,23
005 - Entorno do Distrito Federal	1.265.198	13,99
006 - Sudeste Goiano	1.223.406	13,06
007 - Sul Goiano	1.633.939	12,84
008 - Sudoeste Goiano	4.613.302	45,01
009 - Oeste Goiano	823.368	7,08
010 - Noroeste Goiano	206.094	1,15

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2009.
Adaptado por SILVEIRA (2010). * Preliminar

A região Sudoeste também lidera na produção agropecuária (tabela 03), devido à instalação de grandes frigoríficos e abatedouros de aves como a Perdigão. O rebanho bovino com 3.359.950 cabeças é o terceiro maior entre as regiões, equivalendo a 16,41% de toda a produção. Já o rebanho suíno (569.675 cabeças) e as aves (19.575.300) lideram com 37,05% e 44,07% por atenderem a demanda da Perdigão, desvelando a profundidade da intervenção dessa empresa no sudoeste goiano.

Tabela 03 - Estado de Goiás: Participação e porcentagem do rebanho bovino, suíno e aves, segundo as regiões de planejamento - 2007

Região	Bovino	(%)	Suíno	(%)	Aves	(%)
001 - Metropolitana de Goiânia	687.410	3,36	89.440	5,82	5.169.470	11,64
002 - Centro Goiano	1.376.870	6,73	92.020	5,99	869.050	1,96
003 - Norte Goiano	3.724.800	18,20	83.825	5,45	616.215	1,39
004 - Nordeste Goiano	1.199.120	5,86	34.835	2,27	318.230	0,72
005 - Entorno do Distrito Federal	1.279.020	6,25	110.325	7,18	3.419.750	7,70
006 - Sudeste Goiano	1.345.430	6,57	103.970	6,76	6.830.770	15,38
007 - Sul Goiano	1.848.300	9,03	160.470	10,44	2.787.930	6,28
008 - Sudoeste Goiano	3.359.950	16,41	569.675	37,05	19.575.300	44,07
009 - Oeste Goiano	4.312.840	21,07	218.765	14,23	1.544.355	3,48
010 - Noroeste Goiano	1.337.750	6,53	74.105	4,82	3.284.600	7,40

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2009.
Adaptado por SILVEIRA (2010).

Toda essa dinâmica econômica produzirá uma arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - no valor de R\$ 319.761 mil,

equivalendo a 4,89% da participação entre as regiões, colocando-a em 3º lugar na arrecadação. Certificando a afirmação de ser uma das regiões mais ricas do Estado.

Tabela 04 - Estado de Goiás: Arrecadação e participação do ICMS - em porcentagem-, segundo as regiões de planejamento - 2008

Região	ICMS - (R\$ mil)	Participação (%)
001 – Metropolitana de Goiânia	3.826.056	58,51
002 - Centro Goiano	395.382	6,05
003 - Norte Goiano	119.278	1,82
004 - Nordeste Goiano	24.201	0,37
005 - Entorno do Distrito Federal	197.773	3,02
006 - Sudeste Goiano	298.042	4,56
007 - Sul Goiano	194.318	2,97
008 - Sudoeste Goiano	319.761	4,89
009 - Oeste Goiano	83.413	1,28
010 - Noroeste Goiano	17.881	0,27

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2009. Adaptado por SILVEIRA (2010).

Os dados anteriores comprovam que o Sudoeste Goiano é uma região rica e dinâmica. No entanto, o que mais nos intriga é o fato de que muitos municípios estão perdendo população, tendo suas taxas geométricas de crescimento negativas. O mais interessante - conforme a tabela 05 - é que Rio Verde, Jataí e Mineiros, pólos da região, ganham população. Enquanto aqueles que historicamente são deprimidos, perdem população. Ora, se nenhum processo de migração acontece por acaso somos obrigados a concordar com a tese Chaveiro (2007), apresentada anteriormente, que existe um Goiás partido entre lugares indomáveis e deprimidos. Os indomáveis, pelo seu crescimento vertiginoso se tornam lugares instáveis. Já os deprimidos não dão oportunidade para sua população desenvolver a produção de sua existência, levando-a para rota da migração.

Tabela 05 - População residente e taxa geométrica de crescimento anual

Municípios	População residente 2009 (1)	Taxa geométrica de crescimento (%) 2000/2009
Acreúna	19.246	0,56
Aparecida do Rio Doce (2)	2.871	2,00
Aporé	3.708	0,88
Cachoeira Alta	8.235	-0,54
Caçu	11.343	0,78
Castelândia (2)	3.557	-0,97
Chapadão do Céu (2)	5.863	5,00
Gouvelândia	4.790	2,00
Itajá	5.528	-1,90
Itarumã	5.490	0,09
Jataí	86.447	1,52
Lagoa Santa (3)	1.346	-
Maurilândia	11.604	2,90
Mineiros	48.329	2,40
Montividiu	9.965	2,85
Paranaiguara	7.862	-0,46
Perolândia (2)	2.830	0,15
Portelândia	3.321	-1,18
Quirinópolis	39.756	0,95
Rio Verde	163.021	3,80
Santa Helena de Goiás	36.336	0,56
Santa Rita do Araguaia	6.277	2,36
Santo Antônio da Barra (2)	4.295	0,65
São Simão	14.373	0,66
Serranópolis	7.813	2,16
Turvelândia	4.068	1,61

Fonte: IBGE. Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2009. Adaptado por SILVEIRA (2010). (1) Estimativa - 01/07; (2) Município instalado em 1993; (3) Município instalado em 01/01/2001.

A resolução de tal problema poderia se dar por intermédio das técnicas de planejamento, que vem sendo feitas pelo Estado. Para Arrais (2007) o planejamento, enquanto instrumento de política estatal econômica, começou a ser incorporado no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. Com o passar dos anos surge o planejamento regional, a partir do reconhecimento por parte do governo federal das desigualdades entre as regiões do país.

O objetivo do planejamento é levar as regiões ao desenvolvimento, que segundo Arrais (2007) não se restringe apenas ao crescimento econômico, aumento de renda per capita, ampliação do consumo, mas um processo de transformações econômicas, sociais e

políticas. Nesse sentido, o Estado deixa de ser o monopolizador das ações que se efetivarão no território, passando a dividir as responsabilidades com outros atores (locais, regionais) - reais interessados em todo esse processo -, havendo uma mudança na escala de ação destes.

Mas, para se pensar em planejamento deve-se primeiramente fazer uma caracterização metodológica de municípios pequenos. Eis que surge o grande desafio, pois compreendemos que o estudo deve se dar pela via do município, que inclui o urbano e rural. No entanto, não existem bibliografias nessa área, já que as pesquisas voltam-se principalmente para a cidade. Por isso optou-se, como dito no início do texto, tomar município pequeno o que apresentar população pequena. Assim, os conceitos de cidades pequenas podem ser aplicados nessa pesquisa.

Amorim Filho e Filho (2005, p. 43) ao discutirem as cidades médias no Estado de Minas Gerais, as caracterizaram a partir de 50.000 habitantes. Isso quer dizer que as pequenas cidades são aquelas que possuem uma população de até 50.000 habitantes, sendo “O nível mais elementar da hierarquização urbana [...]”.

Corrêa (1999, p. 48) também caracteriza as pequenas cidades como aquelas com população inferior a 50.000 habitantes, entendendo que

A globalização, que se manifesta de diferentes modos em razão de suas demandas e de suas contradições, e por intermédio de diversos agentes, e não exclusivamente das grandes corporações, cria novos núcleos urbanos em áreas que passam a integrar o espaço globalizado.

Segundo Olanda (2008), no Brasil contemporâneo é comum encontrar definições de cidades pequenas com população de até 50 mil habitantes. Mas, esse entende que no caso de Goiás uma cidade com essa quantidade de população não pode ser considerada pequena. Propondo a utilização do termo para cidades com até 20 mil habitantes.

Soares (2007) reafirma a existência de classificação das cidades pequenas com até 50 mil habitantes ao citar a caracterização do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que as divide em três grupos: 1) até 10.000; 2) de 10.000 a 20.000 habitantes; 3) de 20.000 a 50.000. No entanto, ao mostrar as complicações existentes em se utilizar o critério demográfico como parâmetro de caracterização, a autora diz que “A verdade é que todos os lugares, grandes ou pequenos, têm um potencial de participação na produção econômica. As cidades, estruturadas em rede, passam a complementar-se, num compartilhar de seus equipamentos.” (SOARES, 2007, p. 488).

Por fim, Melo e Soares (2011, p. 131) afirmam que:

Em síntese, as pequenas cidades no Brasil, entendidas enquanto espacialidades que compõem a totalidade do espaço brasileiro, na condição de partes integrantes e interagentes, são marcadas pela diversidade. Tal característica pode ser entendida a partir do contexto regional onde estão inseridas, pelos processos promotores de sua gênese bem como no conjunto de sua formação espacial.

Portanto, pode-se sintetizar que a estrutura territorial dos municípios pequenos de Goiás, ao sofrer condicionamentos da região de que participa, tem o seu nível de interação espacial com a economia-mundo por meio de uma espécie de diferenciação interna do escopo regional. Assim falando, quer dizer que não se pode pensá-los separado do mundo. Todavia, a sua ligação é afeita ao seu lugar na região.

Ao voltar o pensamento em direção ao planejamento regional, em Goiás verifica-se que o I PPA (2000 - 2003), por exemplo, já aponta que a visão do governo estadual não consegue abarcar o real. Arrais (2007), ao analisar o plano, afirma que esse possuía o interesse de corrigir as distorções e os desequilíbrios regionais de crescimento. No entanto, 40% do Estado não foi objeto dessa regionalização. O Sul e o Sudoeste foram apontados como os pilares da modernização agrícola e da exportação de commodities e o Norte e o Nordeste ditos como subdesenvolvidos, necessitando do Estado intervir com programas sociais e de transferência de renda e infra-estrutura básica. Porém, 46% do fomento industrial foram para cidades de Anápolis e Rio Verde - que já são bem servidas -, não havendo nenhum investimento nas regiões Norte, Noroeste e Nordeste.

Diante disso, nos impressiona ver o significativo aporte de capital para o Sul Goiano e, mesmo assim, na região Sudoeste está havendo o decréscimo populacional em alguns municípios. Eis o motivo da afirmação inicial, que os hipócritas roubam a cena. Esses mascaram a realidade ao fazer a regionalização do território goiano, ignorando a necessidade de políticas públicas para municípios pequenos em regiões ricas.

Apontamentos para uma nova forma de regionalização

Uma nova forma de regionalizar deve se ater às vicissitudes do território alvo de tal ação. Nesse caso a questão mais relevante é compreender que o Estado pode ser visto da seguinte forma:

Centros em tornos dos quais gravitam o território do agronegócio - e dos grandes investimentos em pastagens - essas cidades passam a polarizar os pequenos municípios do seu entorno como se formassem, junto a eles, aureolas manchadas de pequenos pontos por meio de oferta de universidades, serviços médicos e odontológicos, empregos etc. Esse terciário mediano materializa-se em fluxos diários e/ou intermitentes num ir-e-vir das pequenas às médias cidades (Chaveiro, 2010).

Essa característica de polarização em torno de um centro foi discutida por Silveira (2007) em sua dissertação, que aferiu a área do município de Pires do Rio e montou a região que ele intitulou “Trilho das Penas”. A metodologia utilizada no trabalho pode comprovar a citação do autor supracitado.

Para Silveira (2007) a construção de uma metodologia deve partir do pressuposto teorizado por Henry Lefebvre (2001), que a industrialização caracteriza a sociedade moderna. Então, a sociedade urbana é a realidade social que nasce a nossa volta, induzida pela industrialização. Por isso, a industrialização fornece o ponto de partida da reflexão sobre nossa época. Entendendo que a indústria ainda é capaz de provocar mudanças econômicas significativas no local onde ela se instala.

A Perdigão, por exemplo, é capaz de mexer com toda a cadeia produtiva do município de Rio Verde. Pois sua área de atuação vai desde o plantio da soja e milho até o processo de produção de ração para os animais, sua criação, abate, industrialização e venda. Ou seja, ela atuará tanto no campo quanto na cidade.

Como o crescimento dentro do modo de produção capitalista se dá de forma desequilibrada, segundo Perroux (1978), a indústria irá se instalar em municípios que já possuem uma infra-estrutura pública e privada capaz de lhe dar suporte em seu funcionamento.

Unindo esta visão com a teoria de Christaller (1933), citado por Corrêa (1997), podemos afirmar que o município onde a indústria se instala se tornará o nó dentro da rede territorial, fazendo com que haja uma hierarquia entre as cidades da região. Embora essa teoria esteja - em alguns aspectos - ultrapassada, em virtude do processo de globalização que conecta e desconecta os municípios conforme seus interesses; ainda acreditamos no poder de atração das indústrias.

Pensando no caso da Perdigão, essa tem montado sua base nos três principais municípios pólos do sudoeste goiano - Rio Verde, Jataí e Mineiros-, que são municípios vizinhos, o que facilita a circulação de mão-de-obra e matéria-prima. Cada um desses locais exerce influência sobre os municípios pequenos que estão à sua volta.

Para Santos (1979), o Estado é o responsável pela concentração das infra-estruturas, que gerarão a atração das indústrias, que induzirão a criação das redes. Com isso, o sistema urbano se dividirá em dois subsistemas, que é o circuito superior - representando pelas empresas que possuem seu relacionamento essencial fora da região -, e o circuito inferior - que são os serviços ligados ao atendimento da população regional.

Podemos ilustrar esse caso a partir da empresa produtora de etanol chamada ETH Bioenergia (controlada pela Odebrecht S.A), localizada em Mineiros. Essa faz parte do circuito superior, estando ligada às demandas e comandos de âmbito internacional. Diferente da área de comércio e prestação de serviços desse mesmo município que possui sua demanda ligada ao local estando, portanto, no circuito inferior.

Com esse aporte teórico Silveira (2007) seleciona dentro dos estudos de planejamento realizados por órgão oficiais no Brasil - Regiões Funcionais Urbana (1972), Caracterização das áreas polarizadas do Estado de Goiás (1980), Regiões de Influência das Cidades (1993) e Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil (2001) - as principais metodologias utilizadas. Assim ele utiliza como base principal de dados o transporte rodoviário - apenas ônibus de linha - para verificar o fluxo das pessoas na região e identificar o principal destino da população. Feito isso, vai até a cidade acolhedora da demanda e levanta os dados de educação e saúde, para se identificar quais os municípios que buscam esses serviços fundamentais no cotidiano do cidadão. Por fim, cruzam-se todos os dados a fim de se estabelecer a área de influência.

Essa metodologia utilizada pode comprovar a tese de Chaveiro (2010) que as cidades do agronegócio polarizam os pequenos municípios de seu entorno. Um caso emblemático é a migração de moradores do município de Iporá - um dos polos da região oeste - para o município de Rio Verde - polo da região sudoeste -, em busca de melhores oportunidades em termos de trabalho, ensino superior de melhor qualidade, áreas da saúde mais especializada, dentre outros benefícios que atraem a população.

Saindo da visão de Iporá como cidade que perde população para Rio Verde e pensando nesse como um dos principais centros da região Oeste, podemos dar outro exemplo. Esse possui o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) como principal fonte de seu sustento financeiro, já que o campo é marcado por pequenas propriedades rurais - na maioria apenas como forma subsistência -, atividades industriais sem grande relevância em termos de arrecadação e o terciário como a principal atividade econômica praticada na

cidade. Mesmo diante desse quadro, o município tem uma população de 31.274 habitantes (dados de 2010 da Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás), possuindo uma constelação de municípios circunvizinhos que dependem de sua infra-estrutura urbana.

A população dos municípios circunvizinhos se lança à migração pendular em busca principalmente de serviços como saúde, educação em nível superior - UEG, IF GOIANO, FAI -, agências bancárias, realização de prova para retirar a Carteira Nacional de Habilitação e utilização do comércio. Assim, existem casos de municípios não possuírem estrutura hospitalar para realização de partos, deslocando a paciente para Iporá.

Tal fator impede o cálculo do crescimento vegetativo da população - que é a diferença da taxa de natalidade e a de mortalidade -, acarretando o mascarar das estatísticas municipais de contagem da população. O que vai interferir diretamente no repasse do Fundo de Participação dos Municípios, pois o cálculo é feito a partir da quantidade de habitantes existentes no município, sendo a principal receita que esses possuem para geri-lo.

Nesse sentido o Hospital de Iporá é Municipal, mas possui uma demanda Regional, atendendo uma população bem maior do que à existente em seus limites territoriais. Cabendo aos gestores encontrar soluções para gerir o Hospital, já que o repasse feito pelo Sistema Único de Saúde é feito por municípios.

Por isso, propomos que o pensar das regionalizações deixe de se concentrar em regiões e passe a ser considerado a partir dos municípios que centralizam os serviços ou, nas palavras de Chaveiro (2010), aquelas cidades que polarizam os pequenos municípios de seu entorno como se formassem, junto a eles, aureolas manchada de pequenos pontos por meio da oferta de serviços.

O interesse não é fazer com que esses pequenos municípios se tornem polos, mas de que neles haja a possibilidade da produção da existência da população de uma forma digna. Já que o polo em torno dos quais gravitam tem a possibilidade de satisfazer as demandas mais específicas. Eis que surge, então, a necessidade de se interpretar o conteúdo e as características dos municípios pequenos no Estado de Goiás.

Considerações Finais

A partir do exposto foi possível perceber que os municípios pequenos do Sudoeste Goiano são lugares contraditórios que desafiam o planejamento. E as

perguntas lançadas no início do texto - Como classificar um município e predicá-lo de pequeno? Os critérios podem ser o da densidade demográfica, do tamanho da área territorial, da grandeza da população, do PIB (produto interno bruto), da Receita? - encontram apontamentos para a discussão que mais fomentam o debate do que propriamente respondem a questão.

Já que classificar um município como pequeno a partir do critério de tamanho de sua população se torna muito contraditório, se observarmos que cada estado brasileiro possui uma dinâmica populacional própria, ligada ao seu modo de inserção dentro da economia-mundo. Em Goiás, onde apenas 20 dos 246 municípios possuem população superior a 50.000 habitantes, a demografia só é relevante ao se utilizar a metodologia de Barreira - considerando que os conteúdos espaciais desses municípios são alterados de acordo com a ligação com a região a que pertence. Nesse sentido o PIB e a Receita dos municípios são importantes para desvelar quais são os que estão na parte inferior da hierarquia econômica, gravitando em torno de um centro e dele dependendo.

No entanto, somente isso não basta, há que se aprofundar o debate. O território goiano tem sido foco das estratégias de expansão das grandes multinacionais dos mais variados ramos, que atuam no urbano e rural, destacando-se a produção de etanol, extração de minérios, indústria farmacêutica e as montadoras. Essas possuem apenas o interesse de expandir o capital internacional, não se preocupando com os resultados de sua ação no local.

Os municípios que canalizam a demanda dessas empresas vêem sua arrecadação aumentar de forma exponencial, gerando a atração de fluxos migratórios. O resultado é uma “explosão” desses locais, que não se encontram preparados para tal processo. Acarretando um inchaço no urbano, aumento da especulação imobiliária e a construção de periferias proletárias. Em contrapartida, as cidades que se encontram fora dos interesses das multinacionais, passam um processo acelerado de perda da população. Tornando-se um gargalo de difícil resolução, o que trará em um futuro próximo sérios problemas para a administração estatal.

Sendo necessário refletir sobre a eficiência das políticas públicas de desenvolvimento para Goiás. E assumir que essas não têm dado resultados satisfatórios por conta de um processo de regionalização que não consegue enxergar as vicissitudes do território. Por isso, sugeriu-se nesse texto uma regionalização através dos municípios

polos, não importando o tamanho de sua população, desde que esses possuam uma constelação de outros municípios à sua volta que dependem de sua estrutura. Assim, os recursos estatais poderiam ser drenados para o polo com o objetivo de melhorar sua infra-estrutura de apoio a esses locais.

Esse pode ser um caminho que tire Goiás da condição de partido e o leve à melhoria nos níveis de desenvolvimento social. Mas, o debate está apenas iniciando e necessita de aprofundamento na discussão teórica.

¹ O termo “regiões deprimidas” foi proposto por Chaveiro (2010) para designar aqueles locais que a Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás entende como homogêneas em termos de condições socioeconômicas e espaciais e como estratégia de planejamento para investimentos governamentais tendo em vista minimizar os desequilíbrios regionais.

² A literatura geográfica goiana, apesar das críticas que se tem levantado atualmente, divide o território de Goiás em duas partes: Norte e Sul. O Norte é o local herdeiro das formas econômicas arcaicas, tendo ligações com a parte Norte do país, que é a menos desenvolvida. O Sul é o local enriquecido, onde existe uma fluidez do capital, tendo ligações com a região Sudeste, que é mais dinâmica do país.

³ A Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás dividiu o território em dez (10) regiões. Dessas, duas são tidas como deprimidas, necessitando dos investimentos governamentais para minimizar os desequilíbrios regionais. Elas estão localizadas na parte Norte do Estado e foram definidas com Norte e Nordeste Goiano. Por isso, nessa artigo usaremos os termos “Norte do Estado”, “Região Norte Goiano” e “Região Nordeste Goiano” como sinônimos de áreas deprimidas economicamente.

Referências

ALMEIDA, M. G. (org.). Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade. In ARRAIS, Tadeu P. A. **Goiás: novas regiões, ou novas formas de olhar velhas regiões**. Goiânia: UFG, 2002.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; FILHO, Nelson de Sena. **A morfologia das cidades médias**. Goiânia: Ed. Vieira, 2005.

ARRAIS, Tadeu Alencar. Planejamento e desenvolvimento regional: a intervenção governamental e a problemática regional em Goiás. **Mercator**, Revista de Geografia da UFC, ano 06, número 12, 2007.

ARRAIS, Tadeu Alencar. *et al.* Impactos territoriais dos programas estaduais de intervenção regional no centro-oeste: NE e N Goiano e entorno do Distrito Federal (1998-2006). **Mercator**, Revista de Geografia da UFC, ano 09, número 18, 2010.

BARREIRA, Celene C. M. A. **Vão do Paranã: a estruturação de uma região**. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia. Departamento de Geografia. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro, 1972. 110 p.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento de Geografia. **Regiões de Influência das cidades 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 230 p.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configurações atuais e tendências da rede urbana**. IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR. Brasília: IPEA, 2001. v. 1; 396 p.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: estudos básicos para caracterização da rede urbana**. IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR. Brasília: IPEA, 2001. v. 2; 390 p.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: desenvolvimento regional e estruturação da rede urbana**. IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR. Brasília: IPEA, 2001. v. 3; 127 p.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-oeste**. IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR. Brasília: IPEA, 2001. v. 4;

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano Plurianual 2004-2007: Mensagem Presidencial**. Brasília: Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, 2003.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Lugares indomáveis e deprimidos de um território desigual: Goiás partido**. Goiânia: Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, 2007. Mimeografado.

_____. **A urbanização do cerrado: espaços indomáveis, espaços deprimidos**. Goiânia: Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, 2010. Mimeografado.

CORREIA, Roberto Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, Rio de Janeiro, ano IV, nº 6, p. 43 a 53, jan./jun. 1999.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DA SILVEIRA, Michel Rezende. **Área de influência do município de Pires do Rio: a região “trilho das penas”**. Goiânia: UFG, 2007. 127 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2001. p. 3 a 26.

MELO, Nágela Aparecida de; SOARES, Beatriz Ribeiro. **Pequenas cidades: seus atributos, dilemas e cotidiano no contexto espacial da microrregião geográfica de Catalão (GO)**.

_____. Pequenas cidades: reflexões sobre questões sócio-ambientais. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 12, n. 37, mar/2011, p. 124 - 141.

OLANDA, Elson Rodrigues. A pequena cidade e a cidade local no Estado de Goiás, Sanclerlândia um exemplo? **Revista Solta a Voz**, v. 17, n. 1.

PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In Faissol, Speridião. **Urbanização e regionalização, relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978. p. 98 a 110.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979. 345 p.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Pequenas e médias cidades: um estudo sobre as relações socioespaciais nas áreas de cerrado em Minas Gerais. In SPOSITO, M. Encarnação Beltrão (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 461 a 494.

Sítios pesquisados:

<<http://portalsepin.SEPLAN.go.gov.br>>. Acesso em 25 de setembro de 2010.

Recebido em 22/06/2011 Aceito para publicação em 20/12/2011.
